

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

No entanto, os anos mais recentes têm revelado uma inusitada dinamização do espaço público, que lhe atribui novos sentidos. De movimentos sociais, fóruns de cidadãos ou organizações da sociedade civil mais estruturados a manifestações mais espontâneas ou improvisadas, são muitas e muito heterogêneas as iniciativas que têm vindo a desafiar as lógicas de funcionamento convencional do espaço público, bem como da representação política e do exercício da cidadania. A rua vem recuperando um papel fundamental como lugar privilegiado do exercício de cidadania ativa e da visibilização de ideias e vontades políticas desafiadoras do *statu quo* e dos poderes dominantes. Recupera assim o seu potencial como espaço de representação (Lefêvre), ainda que tal potencial se reconstrua no seio de uma relação complexa e ambivalente com outras instâncias do espaço público (como os meios de comunicação de massas ou a blogosfera). Nessa ambivalência e heterogeneidade, o desafio que traz consigo a renovada presença na rua do protesto, da reivindicação e da expressão de visões alternativas parece residir não apenas nas novas causas e agendas sociais e políticas que se inscrevem no espaço público, mas sobretudo no potencial de questionamento sobre as suas lógicas de funcionamento. Ou seja, no seu potencial de reinventar o espaço público como um espaço aberto a uma participação mais abrangente, mais capaz de albergar visões alternativas às mundivisões dominantes e menos refém de codificações e condicionalismos excludentes.

Claudino Ferreira

Espanha

O país onde, a 15 de maio de 2011, nas vésperas das eleições regionais e municipais, milhares de pessoas se concentraram na Puerta del Sol, em Madrid, para expressar os seus sentimentos de indignação e mal-estar diante de um modelo social, económico, político e ecológico globalizado que lhes rouba a sua dignidade e destrói a sua esperança. É o país onde a crise global despertou as energias utópicas e emancipatórias do fenómeno 15-M, o movimento dos indignados que levou a sociedade espanhola a participar num processo de mudança, a chamada *Spanish revolution*. Desempregados, trabalhadores precários, estudantes, reformados, jovens de toda condição, hipotecados e, em geral, gente comum e diversa com vontade de converter o seu compromisso em ação, exigiram uma mudança de rumo e um futuro digno.

Sob o lema “Não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros”, a indignação materializou-se num conjunto de protestos cidadãos pacíficos,

manifestações, acampamentos, ocupação de ruas e praças, assembleias e ativismo em prol da ampliação, revitalização e experiência da democracia num sentido mais real e autêntico. Mas é também o país que conheceu uma das maiores bolhas imobiliárias, que tem a maior taxa de desemprego da zona euro (com mais de cinco milhões de desempregados, sendo os jovens os mais prejudicados pela crise) e onde a direita ganhou as eleições com maioria absoluta depois do surgimento do movimento dos indignados.

Antoni Aguiló

Especulação

Consideram-se especulativas as atividades em que, em vez do benefício resultante do uso de um bem ou do retorno “normal” (de longo prazo) do capital investido, se procura a obtenção de mais-valias com base na expectativa de uma variação no preço de um bem ou ativo (terrenos, casas, bens alimentares ou energéticos, ações, títulos de dívida pública, divisas, etc.). Trata-se, no fundamental, de «comprar barato para vender caro».

Com frequência a especulação está associada a comportamentos “de manada” (*herd behaviour*), geradores de ondas de otimismo e pessimismo quantas vezes infundadas, subestimação da possibilidade de acontecimentos raros mas potencialmente devastadores (*disaster myopia*) e formação quer de bolhas especulativas, quer de movimentos de pânico. Para alguns são atividades normais numa economia de mercado capitalista; para outros são atividades moralmente condenáveis. Seja como for, o que importa destacar é que os comportamentos especulativos (1) tendem a assumir uma lógica própria, muitas vezes sem qualquer referência aos fundamentos da economia real; (2) são um fator de volatilidade com um enorme potencial de desestabilização das economias; e (3) têm uma natureza frequentemente predadora. Estes aspetos da atividade especulativa têm vindo a tornar-se tanto mais significativos quanto maior a desregulamentação dos mercados, a transformação crescente das economias no que alguns designam por “economias de casino” globalizadas e a captura do Estado pelos interesses dos especuladores.

No caso português, os efeitos nefastos das atividades de especulação são particularmente evidentes na área do imobiliário (com uma manifesta captura do Estado e autarquias locais pelos interesses dos especuladores) e, mais recentemente, nos ataques à dívida soberana. São conhecidos os resultados. No primeiro caso, eles são patentes nas enormes distorções em matéria de desenvolvimento urbano e acesso à habitação; no segundo caso,